

# Experiência em Educação Midiática e Informacional para uma comunicação ambientalmente adequada

| Rosália Aparecida da **Silva**  
IFRO

| Viviane Cristina **Camelo**  
IFRO

| Dennis Weberton **Gonçalves**  
IFRO

| Marcelo Ferreira **Camargo**  
IFRO

| Marcos Daniel Silva de **Gois**  
IFRO

# RESUMO

Este texto trabalha o tema de educação midiática a partir da proposta de observação e análise do que os sites de notícias divulgam sobre crianças e adolescentes no estado de Rondônia. Sua tessitura está sustentada na premissa de que um meio ambiente social saudável (para crianças e adolescentes) requer um cuidado integral da sociedade que o compõe. Nesse ponto, evidenciamos a imprensa, já que os espaços midiáticos na *internet* podem ser considerados como um ambiente social que expõe estilos de vida, recorta realidades sociais complexas e compõe a memória coletiva da população. Fruto de um levantamento de dados para o Projeto Observatório de Mídia, o objetivo geral da pesquisa era identificar as informações divulgadas na mídia regional rondoniense a respeito da infância e juventude (0-17 anos). Fazendo parte ainda do que se objetivou a coleta e análise de informações veiculadas na mídia, classificação dessas informações coletadas representativamente em dois sites e avaliação do teor geral dessas notícias. A metodologia foi composta inicialmente pela formação dos pesquisadores para compreensão sobre jornalismo e seus veículos *on-line* e posterior coleta de dados, que foram organizadas e tabuladas matematicamente. Como resultado, os dados demonstraram que mais de 50% das notícias veiculadas nos sites envolviam temas atrelados à violência. Conclui-se que há tendência a manutenção de uma visão única, de um direcionamento negativo às matérias veiculadas e ao público nelas representados. O estudo pode contribuir para o aprimoramento do trabalho jornalístico, levando ao conhecimento, crítica e contribuição social com vistas à valorização da ética midiática.

**Palavras-chave:** Educação Midiática e Informacional, Meio Ambiente Saudável, Observatório de Mídia, Jornalismo, Rondônia.



## ■ INTRODUÇÃO

Desenvolvemos entre 2019 e 2020 o Projeto “Observatório de Mídia”, que foi submetido a edital da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no segundo semestre de 2010. A proposta foi institucionalizada pelo Edital PROPESP/IFRO 14/2019, a partir de iniciativa de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET/IFRO).

Neste texto se apresenta um resumo de como foi a experiência de trabalhar a partir de uma proposta de educação midiática junto ao público jovem de ensino médio, na perspectiva de se capacitar agentes para uma leitura crítica de mídia. Formação que pode resultar em um ambiente comunicacional adequado, especialmente quando se vive em uma sociedade de informação.

Para alguns teóricos essa capacitação é compreendida como um processo de alfabetização midiática, que oferece ao sujeito condições críticas para decodificar a linguagem usada pelos canais midiáticos. Sobre isso, Garcia-Ruiz, Matos e Borges (2016, p. 83) afirmam que a alfabetização mediática “é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania crítica e responsável em sua maneira de comunicar-se com o entorno,”<sup>1</sup> (tradução livre) sendo direito dos cidadãos receber formação adequada que o capacite para bem compreender como interpretar os conteúdos noticiosos divulgados.

Para a área de comunicação, a reunião teórica entre os temas educação midiática, formação politécnica e *fake news* vem sendo uma necessidade da sociedade brasileira. Portanto, neste recorte de pesquisa, o interesse é conhecer mais sobre uma possibilidade de educação midiática como um tema atual e que deveria compor o currículo escolar de forma mais direta. A iniciativa ocorreu na cidade de Porto Velho (RO), concluindo-se já no período de distanciamento social, diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A sociedade atual gira em torno da comunicação. Essa centralidade inclusive já foi chamada por Herbert Marshall McLuhan de uma aldeia global, em que o próprio meio é uma mensagem (ARAÚJO; SOUZA, 2008). Justamente pensando nessa aproximação das pessoas que estão afastadas fisicamente, porém, reunidas e em contato de alguma maneira pelos meios de comunicação; e que agora existe uma geração de “hiperconectados<sup>2</sup>”, passando muito tempo diário conectado às mídias sociais<sup>3</sup>, é que entendemos a urgência em

1 No Original: “a alfabetización mediática es un factor fundamental para el desarrollo de una ciudadanía crítica y responsable en su manera de comunicarse con el entorno, y es un derecho de los ciudadanos el recibir la formación adecuada”.

2 O termo ainda não foi definido nos dicionários, porém são acessadas cotidianamente para estudo, trabalho, recreação e outros: “A hiperconectividade se caracteriza pelo contato constante com esses recursos, o que gera a necessidade de estar sempre conectado” (LYCEUM, 2020, s/p).

3 Optamos por mídias sociais, tendo em vista serem as redes sociais mais amplas, ocorrendo em ambiente virtual ou não, estabelecendo vínculos entre grupos diversos. Cf. Bortoni-Ricardo (2014, p. 130): “Uma rede social é concebida como o conjunto de vínculos de qualquer tipo que se estabelecem entre as pessoas de um grupo”.





levantar a temática de um processo de formação que nos dê instrumento para melhor nos relacionarmos com a mídia.

Há, ainda, na atualidade, uma rapidez muito maior nesta comunicação, em que determinado fato leva instantes para atravessar o mundo e deixar milhares de pessoas informadas, fatos locais ganham repercussão planetária, pessoas se tornam famosas e/ou viram *memes*, ocupando espaços em *sites* e redes de *internet*. Ações de comunicação desenvolvidas por seres humanos e até por disparos tecnológicos de mensagens por “robôs”. Fatos que ultrapassam os limites do que é dado para o direito à liberdade de expressão, que não é ilimitada, uma vez que deve se dar dentro de um princípio de respeito ao outro e à sociedade.

Para a educação formal, presencial, ou remota (esta vista na transferência das aulas até então presenciais para o ambiente virtual<sup>4</sup>), ou ministradas a distância, há interesse em acompanhar os conhecimentos das mídias, até mesmo por viver com ela uma disputa de atenção. Nessa relação de conflitos de interesse pelo aprendizado, as mídias sociais são muito atrativas, desejam obter *likes* e acessos a todo momento, daí utilizam de inovação, criatividade e disponibilização de conteúdos que atraem a atenção do público. Igualmente muitos serviços essenciais atualmente estão dentro desses aparelhos e universo de aplicativos móveis (*internet banking*, previsão do tempo, mapas de cidades, agendas telefônicas e de atividades, contato com familiares e amigos, álbuns de fotografias, plataforma de trabalho etc.).

Por outro lado, há uma novidade para todos, que é o emprego do termo vindo de língua inglesa, *fake news*, e que ultimamente vem sendo muito usado no Brasil. O fenômeno das notícias falsas ganhou grande visibilidade em todo o mundo após as eleições nos Estados Unidos de 2016. Não sendo uma novidade, a criação e disseminação de informação falsas e boatos, segundo Silva (2017) a diferença reside justamente na sua forma de propagação nos meios digitais: “A velocidade, a simplicidade e o baixo custo para produzir e disseminar falsidades com capacidade de proliferação muito rápida e abrangência geográfica imensa” (SILVA, 2017, s/p).

Ao fazer a reflexão sobre como as diretrizes éticas profissionais do jornalismo, profissionais ligados à área de comunicação ou docentes podem contribuir na formação integral dos alunos, ação pretendida numa educação politécnica e integral. A pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho exploratório, realizando uma breve revisão documental e bibliográfica em uma metodologia que intenta contribuir na construção do tema de forma a apresentar resultados e análises a partir da Alfabetização Midiática e Informacional.

---

4 No IFRO as aulas presenciais estão suspensas desde 18 de março de 2020. Disponível em <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/10719-ifro-prorroga-suspensao-preventiva-das-atividades-presenciais-de-ensino-pesquisa-extensao-e-administrativas>. Acesso em 20 Fev. 2021.





Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) se propõe a contribuir nas aquisições de competências que tornem os cidadãos mais habilitados ao raciocínio crítico, de forma a exigir serviços de alta qualidade das mídias em que se encontram. Entre os principais requisitos para alcançar a AMI estão a do internauta em considerar o todo e incluir “uma combinação de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes)” (WILSON; ALTON; TUAZON; AKYEMPONG; CHEUNG, 2013, p. 20). A AMI articula ainda uma educação cívica e coloca os professores enquanto protagonistas de mudança:

O presente Currículo de Alfabetização Midiática e Informacional para Formação de Professores é um importante recurso para os Estados-membros em seu contínuo trabalho de realizar os objetivos da Declaração de Grünwald (1982), da Declaração de Alexandria (2005) e da Agenda de Paris da UNESCO (2007) – todas elas relacionadas à AMI. (WILSON et al., 2013, p. 11)

Observando a AMI/Unesco verifica-se o quanto é uma área que está alinhada aos direitos universais humanos, pois defende liberdade de expressão e de informação e uma pedagogia voltada ao desenvolvimento do aluno e professor-cidadão. Dentro de um contexto de educação midiática, seria a AMI uma das propostas para adoção por parte dos professores para formação de suas turmas. Da mesma maneira, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) possui os direitos humanos enquanto tese fundamental para atuação profissional e pode corroborar no debate.

Como expresse (BRASIL, 2017) no primeiro artigo do “Capítulo I - Do direito à informação” há um “direito fundamental do cidadão à informação”, incluindo “o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”. E no artigo seguinte:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; [...] (BRASIL, 2007, p. 01).





Se conforme Silva (2017, s/p), “O antídoto para a crise de credibilidade é seguir à risca os códigos de conduta e de ética da profissão e ajudar a sociedade a separar o que é fato do que não é”, também o essencial será para os cidadãos hiperconectados adotarem tal postura. A defesa dos direitos a uma boa informação passa também pela qualificação de quem acessa informações e as mídias sociais, pois é um momento em que a preservação do direito fundamental de acessar uma informação verídica e correta também vai passar pelo crivo de quem lê.

Independente de qual mídia se conecta (TV, rádio, jornal impresso e *on-line* ou mídias sociais), há necessidade de todos trabalharem com informações reais e verdadeiras. As informações que circulam nestes meios são de interesse público. E até mesmo as de divulgação individual, no aplicativo *Whatsapp* devem ter essa responsabilidade social, de enquadramento no respeito e a não incorrer em crime de injúria, difamação ou calúnia. Da mesma maneira que não atentar contra a saúde pública ou temas correlatos a direitos humanos. Tendo por consequência a necessária preparação para recepção, conexão e participação nas mídias sociais.

Também é previsto o direito dos brasileiros sob a guarda de um meio ambiente que seja ecologicamente equilibrado e que garanta uma sadia qualidade de vida<sup>5</sup>. Como há uma visão integral em relação ao ambiente em que o ser humano habita o mundo virtual não está dissociado dele. Tal qual o que a mídia divulga. O recorte aqui estudado envolve o universo de notícias a respeito da infância e juventude na mídia de um dos estados que compõem a Amazônia Legal. Levantando-se a problemática de qual é a natureza das informações repassadas ao público sobre esse período da vida.

## ■ OBJETIVO

A presente proposta tem como objetivo geral identificar informações divulgadas na mídia regional rondoniense a respeito de crianças e adolescentes. Estando seus objetivos específicos divididos entre coletar e analisar informações veiculadas na mídia para identificar o que se divulga a respeito da infância, adolescência e juventude, classificar essas informações coletadas representativamente em dois sites sediados no Estado de Rondônia, avaliar o teor geral dessas notícias divulgadas, além de criar espaço para contribuições, valorização e crítica do trabalho da mídia para melhoria social e melhor visibilidade da faixa etária (0-17 anos).

---

5 Este direito encontra-se no capítulo que trata do meio ambiente, conforme Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 Fev. 2021.



## ■ MÉTODOS

O projeto iniciou pela seleção do tema entre os responsáveis pela pesquisa e posteriormente com a seleção de alunos participantes para compor a equipe. Feitos os primeiros contatos e formalizada a participação, após aprovação institucional da proposta, iniciou-se encontros para leitura, debate, apresentação e conhecimento e direcionamento dos trabalhos.

Em primeiro momento foi feito o estudo dos textos/documentos norteadores do tema infância e adolescência e trabalho da mídia (Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e Adolescência, o Código de Defesa do Consumidor e o Código de Ética dos Jornalistas), com ênfase ao que era mais diretamente ligado à infância e adolescência. Ao final deste período foi elaborado o questionário para observação de cada mídia e preparação para o monitoramento das mídias. Para as coletas de dados para amostragem da pesquisa, foi usado o drive de armazenamento do e-mail, procedendo-se captura das telas e arquivo de links e de textos. No total, foram sete meses de notícias nos portais G1 Rondônia “<https://g1.globo.com/ro/rondonia>” e Rondônia Ao Vivo “<http://rondoniaovivo.com/>”.

Os dados coletados referem-se, direta ou indiretamente, ao contexto infância e juventude. Os textos foram organizados e classificados para análise. Sendo catalogadas conforme tema principal e rol de perguntas que listadas, conforme sua natureza, legislação, políticas públicas e diferentes fontes de informação.

Ressalta-se que o Projeto Observatório de Mídia foi apresentado ao Instituto Federal de Rondônia em 2019, obtendo apoio financeiro por meio de bolsas modalidade PIBIC-EM/CNPq<sup>6</sup> a dois estudantes do ensino médio (Técnico Integrado - Informática - *Campus* Porto Velho Calama). E, em 2020, foi institucionalizado no *Campus* Porto Velho Calama, Homologação 05 – Edital nº 03/2020/DEPESP.

O trabalho de acompanhamento da mídia rondoniense ocorreu em relação à faixa etária de 0 a 17 anos, num laboratório comunicacional que visou contribuir no desenvolvimento de novos pesquisadores no âmbito regional, e em um trabalho de observação das mídias noticiosas do estado. A seleção de dois veículos ocorreu em função de serem considerados representativos do universo de possibilidade que a comunicação possui em Rondônia (redes de TV, jornal impresso, emissoras de rádio e demais sites jornalísticos).

## ■ RESULTADOS

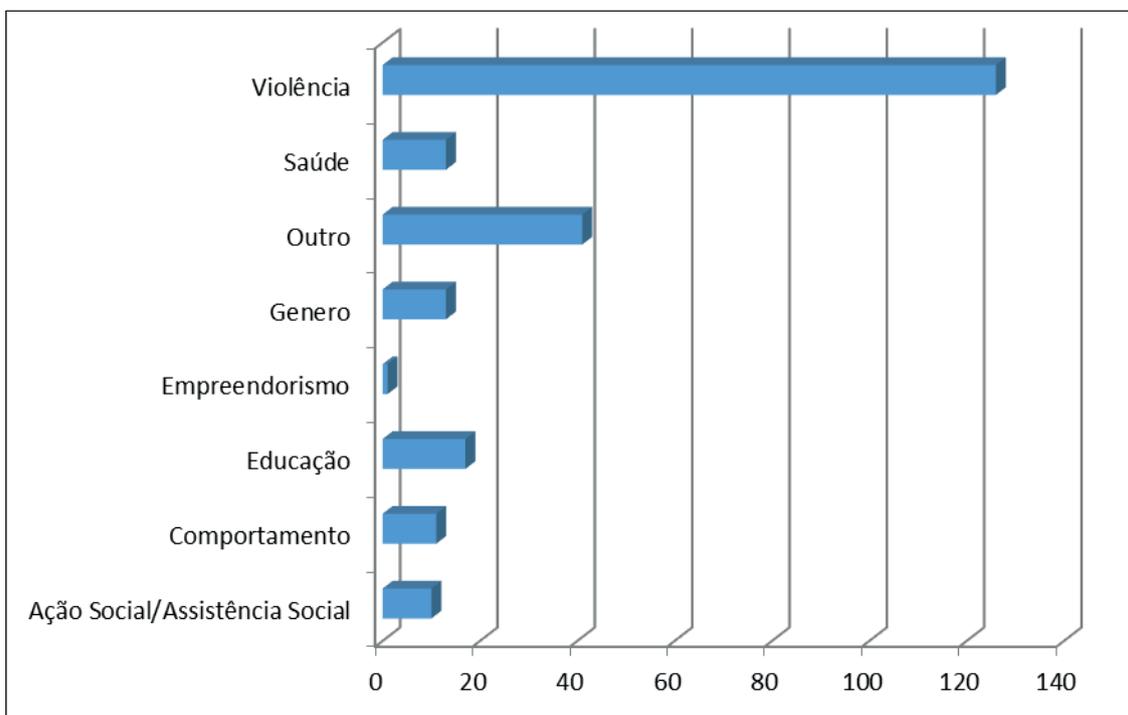
Os sete meses de coletas de informações resultaram num total de 232 notícias capturadas entre as divulgadas pelos veículos G1 Rondônia e Rondônia ao Vivo. Tabulados

6 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estudantes do Ensino Médio.



os dados, o levantamento mostrou que houve um destaque maior para temas de violência como tipo de matéria principal veiculada. Foram 126 notícias relacionadas a temas violentos. Uma porcentagem superior a metade das notícias selecionadas (54%). Sendo que das relacionadas a questões de gênero em primeiro plano (13 notícias) também havia elementos relacionados à violência. Os dados podem ser conferidos no gráfico 1:

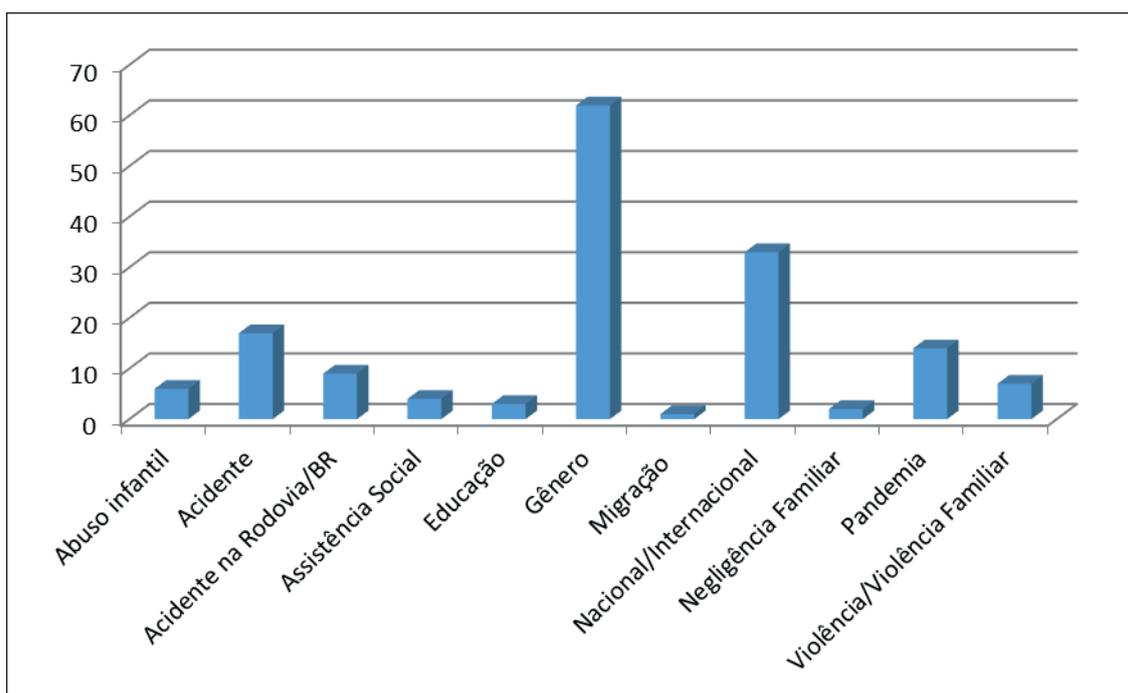
**Gráfico 1. Categorização principal**



Desta forma, também enquanto categorização secundária se observou muitas notícias veiculadas compondo relatos violentos. A exemplo das que falam de casos de abuso infantil (6 notícias) ou de ocorrência em ambiente doméstico como os de violência familiar (7 notícias). Essa visualização é possível de ser feita no **Gráfico 2**. A categorização neste segundo plano ocorreu diante das multiplicidades de temas que uma mesma notícia pode ter ao narrar fatos reais.



Gráfico 2. Categorização secundária



## ■ DISCUSSÃO

Os dados demonstrados por meio de gráficos, no subtítulo anterior, podem ser observados sob duas óticas distintas, mas que estão intimamente interligadas: a urgência em estimular dentro do currículo escolar, ações que auxiliem ao jovem no desenvolvimento do pensamento crítico, fortalecendo sua identidade de cidadão comprometido como bem-estar do outro, assim como na construção de ambientes saudáveis e seguros para a vivência de crianças e adolescentes; a importância de uma busca constante e vigilante por comunicadores (jornalistas e publicitários) de uma postura ética e que num futuro se sobressaia aos interesses escusos ou mercantilistas de poucos. Além disso, os dados tabulados revelaram-se de grande relevância, já pode ser interpretado qualitativamente, ou seja, ser problematizado a partir dessas duas óticas demonstradas.

Sob o primeiro enfoque, podemos destacar a forma como as crianças e adolescentes são retratados nas notícias. Ao se obter o resultado de busca entre notícias veiculadas em mídias de âmbito estadual, registrou-se que a ocorrência de notícias que narram fatos violentos é em sua totalidade mais da metade das notícias divulgadas pelos veículos analisados durante o período de coleta de dados. Diante disso, podemos refletir a cerca do ambiente em que vivem tais crianças e adolescentes, que em sua grande maioria são expostas como vítimas (em especial as crianças) mas que também são algozes de outros menores, de seus familiares.

Há de se observar que os conteúdos positivos, e que envolvem esse público, são poucas e só ganham destaque dentro do ambiente da escola, como casos de sucesso que



devem ser seguidos e copiados. Nesse sentido, a criança e adolescente como membros relevantes do corpo social que fazemos parte é negligenciado, e só é visto e percebido quando desmorona sobre eles as consequências de uma sociedade desigual, a criança passa a ser mercadoria valiosa para a comercialização de narrativa mercantil e fria, que pouco faz para que tais realidades desiguais se extinguem.

Ainda sob o fio condutor da primeira ótica levantada, o resultado do levantamento nos ajuda a compreender o que fala Miranda (2008, p. 12):

Os receptores acabam por reproduzir padrões de interpretação da notícia. Assim, trata das comunidades interpretativas que surgem da adesão aos sistemas de tradução midiática dos eventos. São padrões para decodificar a realidade, erguidos sobre alicerces simbólicos moduláveis, num fenômeno que afeta a interação social e parassocial.

Como na atualidade normalizamos o acesso a *internet* e ao conteúdo ali distribuídos por grupos formais de comunicação, bem como, por pessoas desconectadas desse ambiente de interesse mercadológico, percebemos que as relações deixam em desvantagem diante dos grupos organizados, cujos interesses influenciam na produção do conteúdo noticioso. Diante disso, é salutar oferecer, dentro do currículo escolar, em especial na etapa que envolve o ensino médio, instrumentos que os fortaleçam na leitura crítica de notícias. Nesse ponto é que podemos, sob as duas óticas identificadas logo no primeiro parágrafo, ver que se imbricam.

Observando como as diretrizes éticas profissionais do jornalismo e da comunicação podem contribuir na formação integral dos alunos que são os cidadãos que constroem o futuro do país, ao levá-los a conhecer sobre o trabalho das mídias também pode levá-los a buscar a construção de um universo informacional mais adequado.

Sendo os estudantes um público jovem, nota-se o quanto consomem avidamente novas informações. E, se como explica a analista de discurso Maria do Rosário Gregolin (2000), há no discurso e, portanto, na mídia, uma materialização do processo enunciativo que articula língua e história, deve-se preparar as futuras gerações para a compreensão desse poder que envolve a comunicação. Ainda mais a que ocorre em ambiente que é passível de compartilhamento instantâneo. Para a autora, os consumidores de informação recebem essa materialidade de ideologias, que são repassadas desde cedo aos falantes. A sociedade absorve/repassa essa cultura e esses modos de vida, agora com viés tecnológico a encobrir intencionalidades, propagandas e ditames de novas modas aliadas ao consumo de produtos diversos (Gregolim, 2000).

Diante disso, é necessário articular para que o ideal ético jornalístico se imponha diante de uma sociedade espetacularizada. Tal realidade se constituirá, quando socialmente elaborarmos um imaginário crítico que auxilie o profissional, com instrumentos advindos de uma cultura sedimentada em um apelo da sociedade, a refutar construções textuais irresponsáveis.





## ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais considerações finais é de que as notícias de violência são as principais informações disseminadas pelos sites. Se o objetivo era o de identificar como a criança e o adolescente estão sendo mostrados na mídia local, no interstício de coleta de dados de sete meses demonstrou forte tendência a uma visão quase única de um direcionamento negativo dada a natureza das matérias veiculadas. O estudo pode contribuir para o aprimoramento do trabalho do jornalismo regional, levando ao conhecimento, crítica e contribuição social com vistas à valorização da ética midiática, especialmente, a voltada para as questões de infância, adolescência e juventude.

Alfabetização Midiática e Informacional é uma possibilidade na atuação docente e poderia fazer parte do currículo escolar, de forma direta dentro de disciplinas específicas ou trabalhadas de forma interdisciplinar. A conclusão é de que o tema necessita de mais estudos futuros, de diferentes áreas, buscando olhares diversos para algo muito novo, como é a proliferação de informações falsas nas mídias sociais em uma sociedade hiperconectada. Uma verdadeira rede social deveria ser de apoio, dentro ou fora da *internet*, formando grupos para defesa de direitos. Os temas refletem sobre a educação e currículos escolares, uma vez que necessitam de formação constante para conhecimento e reflexão sobre o antigo que se renova.

Fica evidenciado que a sociedade e a imprensa estão em atuação nos espaços midiáticos e nos formatos de exposição na internet, no qual podem ser considerados como um ambiente social de articulação de estilos de vida, recorte de realidades sociais complexas e composição da memória coletiva da população. Precisam, dessa maneira, serem ambientes saudáveis, seguros e que ofertem uma sadia qualidade de vida.

Diante da ainda nova necessidade que se impõe para uma Educação Midiática compreende-se que o estudo não teve a finalidade de abarcar todos os possíveis enquadramentos que a realidade pede, portanto, é ainda um campo aberto frente à amplitude de fatos e novidades que se apresentam cotidianamente.



## ■ REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Ellis Regina; SOUZA, Elizete Cristina de. **Obras jornalísticas**: uma síntese. Brasília: Vestcon, 2008.
2. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.
3. BRASIL. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: aprovado em 04 ago. 2007, pelo Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais. Federação Nacional dos Jornalistas. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 07 Nov. 2020.
4. GARCIA-RUIZ, R. ; MATOS, A. ; BORGES, Gabriela. Media Literacy as a responsibility of families and teachers. **Journal Of Media Literacy**, V. 63, N. 1 & 2, 2016, p. 82-91. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305442159>. Acesso em: 12 Fev. 2021
5. GREGOLIN, Maria do Rosario V. Recitações de mitos: a história pela lente da mídia. In: **Fili-granas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: Unesp, 2000.
6. LYCEUM. O que é hiperconectividade e como lidar com esse desafio? São Paulo: **Blog Lyceum**, maio 2020. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/hiperconectividade-2/>. Acesso em: 08 Nov. 2020.
7. MIRANDA, Danilo Santos de. Um olhar da psicologia sobre o fenômeno da mídia. In: Mininni, Giuseppe. **Psicologia Cultural da Mídia**. São Paulo: A Girafa Editora, Edições SESC SP, 2008.
8. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Da pós-verdade ao risco da pós-imprensa – Morte e vida da imprensa. **Observatório de Imprensa**, Campinas, Edição 954, agosto 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/da-pos-verdade-ao-risco-da-pos-imprensa/>. Acesso em: 07 Nov. 2020.
9. WILSON, Carolyn; ALTON, Grizzle; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 07 Nov. 2020.